

Tiago Bologna Dias

SUJEIÇÃO PASSIVA NO MANDADO DE SEGURANÇA E A AUTORIDADE COATORA

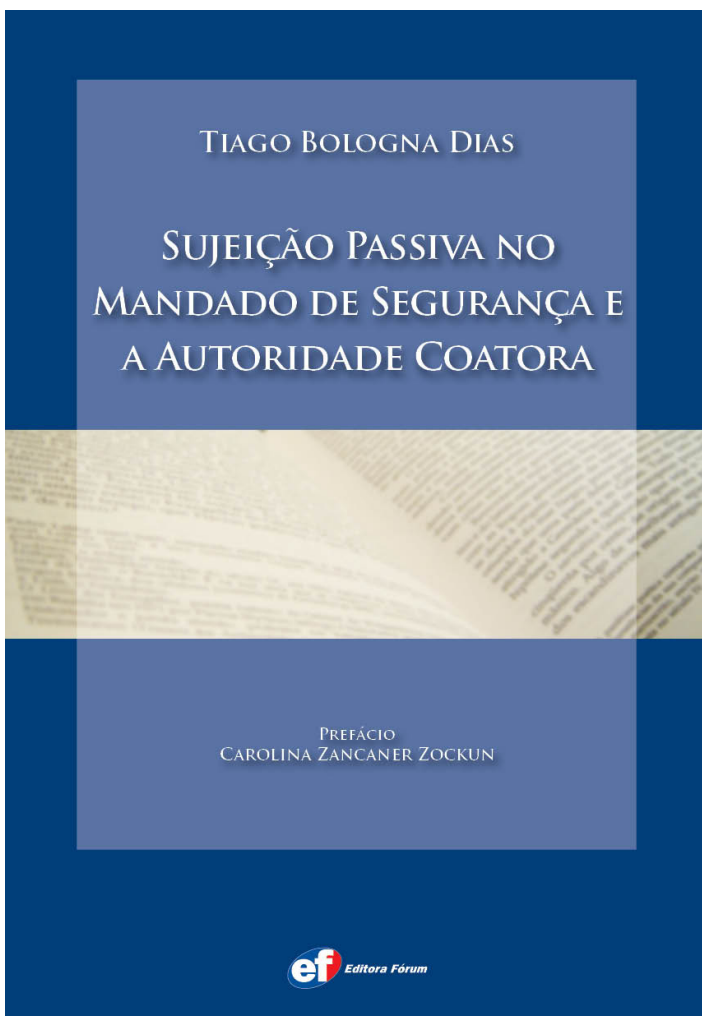
Prefácio
Carolina Zancaner Zockun

Área específica
Direito Administrativo e Direito Processual
Civil.

Áreas afins
Direito Constitucional.

Público-alvo/consumidores da obra
Autoridades e servidores públicos que
respondem como impetrados em mandados
de segurança, estudantes, advogados
públicos e privados e juízes.

186 páginas
ISBN 978-85-7700-439-3
Formato: 14,5x21,5 cm



Por meio do exame das bases históricas, constitucionais, de Direito Administrativo e de Direito Processual pertinentes ao mandado de segurança, atentando também a aspectos práticos, esta obra expõe e analisa criticamente as correntes doutrinárias existentes acerca da legitimidade passiva no mandado de segurança, delas dissentindo, para sustentar a legitimidade passiva da autoridade coatora em sua posição funcional, cumulando sujeição em relação jurídica própria com substituição processual.

Trata, ainda, da autoridade coatora em si, analisando questões relativas à sua definição e identificação, além das consequências de sua indicação errônea no polo passivo do mandado de segurança.

Nas palavras da Profa. Carolina Zancaner Zockun, “raras são as vezes em que o leitor se depara com uma obra que tenha desenvolvido o tema de forma tão profunda e, ao mesmo tempo, com um viés prático, somente possível àqueles que militam ou militaram ativamente na matéria”.

Tiago Bologna Dias

Graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ex-Procurador da Fazenda Nacional. Juiz Federal da 3ª Região.

SUMÁRIO DO LIVRO

PREFÁCIO

Carolina Zancaner Zockun

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

MANDADO DE SEGURANÇA – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

- 1.1 Conceito natureza e regime jurídico
- 1.2 Evolução histórica e direito positivo

CAPÍTULO 2

CONCEITOS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS

- 2.1 Ação
 - 2.1.1 Espécies
 - 2.1.2 Ação de mandado de segurança
 - 2.1.3 Condições da ação
 - 2.1.3.1 Possibilidade jurídica do pedido
 - 2.1.3.2 Interesse de agir
 - 2.1.3.3 Legitimidade de parte (legitimidade *ad causam*)
- 2.2 Processo e procedimento

CAPÍTULO 3

CONCEITOS FUNDAMENTAIS SOBRE MANDADO DE SEGURANÇA

- 3.1 Direito líquido e certo
- 3.2 Não amparado por *habeas corpus* e *habeas data*
- 3.3 Ato de autoridade
 - 3.3.1 Abrangência do conceito, ato administrativo, leis e atos normativos em tese
 - 3.3.2 Ato administrativo
 - 3.3.3 Ato político
 - 3.3.4 Decisão Judicial
 - 3.3.5 Ato legislativo
 - 3.3.6 Ato de particulares em atividade colaborada com o Estado

CAPÍTULO 4

LEGITIMIDADE PASSIVA EM MANDADO DE SEGURANÇA E AUTORIDADE COATORA

- 4.1 Exposição das correntes doutrinárias
 - 4.1.1 Pessoa jurídica
 - 4.1.2 Litisconsórcio
 - 4.1.3 Substituição processual
 - 4.1.4 Autoridade coatora
- 4.2 Crítica às correntes doutrinárias
 - 4.2.1 Pessoa jurídica
 - 4.2.2 Litisconsórcio
 - 4.2.3 Substituição processual
 - 4.2.4 Autoridade coatora
 - 4.2.5 Nossa posição
- 4.3 Conceito e considerações gerais sobre autoridade coatora
- 4.4 Competência administrativa e autoridade coatora
 - 4.4.1 Limite hierárquico, avocação, delegação, revisão e encampação
 - 4.4.2 Limite material
 - 4.4.3 Limite territorial
 - 4.4.4 Mudança de competência
 - 4.4.5 Inexistência de declaração expressa de competência
- 4.5 Hipóteses específicas de definição da autoridade conforme o ato coator
- 4.6 Indicação errônea da autoridade coatora
- 4.7 Consequências da incorreção

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO

ÍNDICE ONOMÁSTICO